

Tribunal Regional Federal da 5.^a Região



Concurso Público

Cargo: Juiz Federal Substituto da 5.^a Região

Prova Objetiva

Caderno **FREVO**

Aplicação: 24/7/2005

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — **FREVO** — coincide com o nome que está registrado no cabeçalho de sua folha de rascunho, à direita, e se ele contém duzentos itens, correspondentes à prova objetiva, corretamente ordenados de 1 a 200.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Será permitida durante a aplicação da prova objetiva a consulta apenas à legislação desacompanhada de quaisquer anotações, comentários, jurisprudências ou súmulas.
- 5 Não será permitido o empréstimo de material entre os candidatos, mesmo daquele que já tenha terminado a prova.
- 6 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 7 A duração da prova é de **cinco horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 8 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 9 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I **26/7/2005**, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/trfjuiz2005> — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II **27 e 28/7/2005** – Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/trfjuiz2005>.
- III **8/8/2005** – Resultado final da prova objetiva e convocação para as provas subjetivas: Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/trfjuiz2005> e Diário da Justiça da União.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 13 do Edital n.º 1/2005 – TRF, de 10/6/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet – <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 200** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

GRUPO I: DIREITOS ADMINISTRATIVO, TRIBUTÁRIO E AMBIENTAL

Em relação ao licenciamento ambiental e ao estudo de impacto ambiental, julgue os itens seguintes.

- 1 As atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental estão sujeitas a estudo de impacto ambiental, o qual deverá ser exigido somente no curso do empreendimento, a critério da autoridade administrativa, caso seja constatado risco real de danos ao meio ambiente.
- 2 O estudo de impacto ambiental pode ser substituído por plano de manejo sustentado, em caso de reflorestamento de áreas degradadas e localizadas no território do Estado-membro, tendo como base lei estadual.
- 3 A concessão de licença ambiental de operação não gera direito adquirido ao empreendedor, podendo ser revista pela administração, ainda que no prazo de sua validade, caso seja constatada a superveniência de grave impacto ambiental negativo.
- 4 Nos termos da regulamentação federal, o custeio dos honorários dos profissionais encarregados da elaboração de estudo de impacto ambiental constitui ônus do próprio empreendedor, cabendo a este, também, a escolha dos técnicos incumbidos da atividade.
- 5 No curso do procedimento de licenciamento ambiental, organizações não-governamentais ou o Ministério Público poderão solicitar ao órgão ambiental a realização de audiência pública para discussão dos impactos ambientais, a qual representa uma etapa do licenciamento e que servirá de base para análise do órgão licenciador, devendo a administração ambiental acatar as conclusões dessa audiência pública, no que se refere ao deferimento ou não da licença.

A Constituição brasileira de 1988 adotou o modelo de federalismo cooperativo, estabelecendo a coexistência de competências privativas e de competências comuns, distribuídas entre os diversos entes políticos. No tocante à implementação de políticas públicas, a Constituição fixou um rol de competências materiais, sublinhando o objetivo geral do poder público na execução das tarefas enunciadas. Com base em tais considerações, julgue os itens a seguir.

- 6 Compete à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios promover medidas de proteção do meio ambiente, cabendo aos municípios exercer seu poder de polícia apenas em relação a atividades de impacto local.
- 7 De acordo com a legislação federal, compete ao IBAMA o licenciamento de obras ou atividades com significativo impacto de âmbito nacional; aos órgãos ambientais estaduais, o licenciamento de obras e atividades de âmbito regional; e aos municípios, o licenciamento de atividades de âmbito local e daquelas que lhes forem delegadas mediante convênio, ouvidos os órgãos ambientais federal e estadual.

Considerando a proteção do patrimônio cultural brasileiro, julgue os próximos itens.

- 8 O proprietário de bem tombado em razão de seu valor histórico-cultural nacional tem o dever de conservá-lo, podendo ser dele exigida a realização de obras de conservação ou reparação às suas expensas, salvo hipossuficiência econômica do proprietário ou urgência na realização dessas obras, hipóteses em que a União poderá despender recursos públicos na conservação ou na reparação daquele bem privado.
- 9 Sem prejuízo da atuação da comunidade, a União, no exercício de sua competência administrativa, deve adotar medidas de proteção do patrimônio cultural brasileiro, no qual também se incluem as formas de expressão e as criações tecnológicas, adotando, para tanto, medidas de tombamento, desapropriação, inventários ou outras formas de acautelamento.

Julgue os itens subseqüentes, relativos aos princípios regedores da proteção jurídica do meio ambiente.

- 10 A promoção do meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado atua como fator de limitação ao direito de propriedade, razão pela qual a existência de área de preservação permanente em espaço pertencente a particular não acarreta direito a indenização, salvo quando inviabilizar totalmente o aproveitamento econômico do bem.
- 11 O princípio do desenvolvimento sustentável preconiza um elo entre a economia e a ecologia, estando referido em diversas declarações internacionais, mas, por não estar previsto expressamente na Constituição brasileira, atua apenas como aspiração social e vetor ideológico para a atividade econômica.
- 12 Os princípios da participação comunitária e da equidade intergeracional têm sede constitucional, uma vez que a Constituição brasileira estabelece a faculdade de a coletividade praticar atos com vistas à proteção do meio ambiente e sua preservação em prol das presentes e futuras gerações.

Em relação às infrações administrativas ambientais e à atividade sancionadora do Estado, julgue os itens seguintes.

- 13 A legislação brasileira adota, como regra geral, a prescindibilidade do elemento da culpabilidade para a caracterização da infração administrativa ambiental, dispensando a apuração da vontade do infrator. Para a configuração da infração administrativa ambiental, basta, portanto, o comportamento típico do administrado, com a violação das normas de proteção ao meio ambiente.

14 Em caso de infração administrativa ambiental, a depender da gravidade do fato e dos antecedentes do infrator, a administração poderá impor a sanção de suspensão de obra lesiva ao meio ambiente, mas não poderá determinar sua demolição, a qual dependerá de ordem judicial, a ser solicitada pelo órgão ambiental competente, após o encerramento do processo administrativo em que fique constatada a ofensa às normas protetivas do meio ambiente.

15 A legislação prevê a apreensão dos produtos e subprodutos da fauna e flora, em caso de constatação de infração, por iniciativa da própria administração. A lei não admite, contudo, a apreensão, pela administração, dos equipamentos ou veículos utilizados na infração administrativa ambiental, salvo se consistirem em objetos cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constituam fato ilícito.

Um comerciante, possuidor de crédito junto à Receita Federal, proveniente de imposto de sua competência, face declaração de inconstitucionalidade pelo STF, requereu, administrativamente, a compensação dos valores apurados com débito próprio e pendente de pagamento. Decorridos 2 anos, a autoridade administrativa ainda não tinha analisado o pedido.

A respeito da situação hipotética apresentada acima, julgue os itens subseqüentes.

16 Caso o imposto seja do tipo lançado por homologação, o mandado de segurança que possa vir a ser impetrado pelo comerciante contra a omissão administrativa será conhecido, ainda que o pedido tiver por base a correção do encontro de débitos e créditos.

17 O contribuinte deverá efetivar a compensação em seus livros fiscais, levando tais fatos ao conhecimento do poder judiciário, para que homologue o lançamento realizado, pela via mandamental, objetivando a declaração de regularidade da compensação.

18 Tratando-se de imposto sobre produtos industrializados (IPI), o comerciante terá direito à restituição do indébito, caso comprove não ter repassado o ônus tributário ou esteja devidamente autorizado pelo contribuinte de fato, pois, do contrário, haveria enriquecimento sem causa e, entre enriquecer a particular ou o Estado, tem esse último a prevalência, presumindo-se ter o Estado aplicado os recursos arrecadados em serviços públicos.

No referente a competência tributária, tratados e convenções internacionais, julgue os próximos itens.

19 Considere que o Brasil assinou contrato com o Chile pelo qual não incidirá tributos na importação de salmão e, em compensação, não haverá tributação na exportação de pescada amarela. Nessa situação, tal convenção, apesar de regular procedimento interno que estabeleceu vigência e aplicação, não abrange tributos de competência estadual.

20 Assinada convenção internacional entre países da América do Sul visando à diminuição da carga tributária, sua integração no sistema normativo interno dar-se-á no momento de sua assinatura pelo Estado brasileiro, podendo o exequátur ser exigido perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

21 Os tratados internacionais podem ser de natureza normativa — tratado-lei — ou contratual — tratado-contrato —, sendo, o primeiro, hierarquicamente superior ao segundo.

(...) a Magna Carta, de 15 de junho de 1215, consignava, em seu artigo XII, que nenhum auxílio ou contribuição se estabeleceria sem o consentimento do Conselho do Reino. Firmava-se, dessa forma, o Princípio de Consentimento dos Tributos pelos Súditos, como sistema de proteção do contribuinte da época contra os possíveis abusos da Monarquia (...).

Onofre Alves Batista Júnior. *O Poder de Polícia Fiscal*. Mandamentos: 2001, p. 46-9 (com adaptações).

Considerando o texto acima, e com referência à Constituição brasileira de 1988 e as garantias asseguradas ao contribuinte, julgue os itens a seguir.

22 O princípio da anterioridade tributária não se confunde com o da anualidade, sendo este último rejeitado pelo atual ordenamento constitucional, já que a lei que cria tributos pode ser anterior ao orçamento.

23 O princípio da anterioridade tributária é cláusula pétrea constitucional, no que se refere à majoração de tributos, não podendo ser excepcionada por emenda constitucional, sendo certo que tal não se aplica ao imposto sobre operações financeiras (IOF).

24 É lícito à União, face a competência tributária residual, criar contribuição incidente sobre o dízimo dos fiéis das instituições religiosas, quando os valores arrecadados excederam o suficiente para a manutenção da entidade religiosa e, o excedente, estiver sendo enviado a filiais no exterior.

Acerca da responsabilidade tributária, julgue os seguintes itens.

25 Considere a seguinte situação hipotética.

A União Federal concedeu isenção de IPI à industrialização e transformação de fertilizantes destinados à utilização na lavoura de produtos transgênicos. Uma manipuladora de remédios descobriu a possibilidade de utilização de fertilizante para uso terapêutico. Essa manipuladora passou a adquirir fertilizante de uma indústria, e, após transformá-lo, vendia o produto resultante isento, mas, em face de atuação fiscal cobrando o IPI devido, veio a encerrar as suas atividades.

Nessa situação, o fisco poderá cobrar o IPI da indústria que fabricava o fertilizante, por ter vendido o produto que foi utilizado para fins não-incentivados.

26 Tendo a S/C Brasmóveis S/A incorporado a empresa Móveis Brasileiros Ltda., devedora de impostos relativos a renda efetivamente auferida e não lançada nos livros fiscais, conseqüentemente, não constituído o crédito tributário, passará a ser responsável pelo pagamento do tributo da incorporada.

27 Considere a seguinte situação hipotética.

João Fernandes adquiriu de seu patrício Manoel Pereira, que necessitava regressar com a família ao país de origem, o fundo de comércio da S/C Manoel e Cia. Ltda., continuando na exploração da atividade anterior, com a denominação João e Cia. Ltda. Da alienação constou, expressamente, a exclusão da responsabilidade por qualquer dívida anterior do adquirente. Acautelando-se, João levou o contrato a registro na junta comercial e nos fiscos estadual e federal. Passados dois anos dos registros, a Fazenda Pública Federal autuou a nova sociedade por débitos da empresa Manoel e Cia. Ltda.

Nessa situação, a sociedade sucessora responderá pelos débitos tributários.

Julgue os itens a seguir.

- 28** A União poderá instituir empréstimo compulsório, sempre por lei complementar, vinculando os recursos às despesas que fundamentaram sua instituição, sendo que a restituição deverá ser, necessariamente, em moeda, quando esta for o objeto do empréstimo.
- 29** É substituta tributária a fonte pagadora responsável, por lei, pela retenção de imposto de renda de seus funcionários e, caso não promova a retenção, responderá pelo tributo devido, podendo exercer o direito de regresso.
- 30** Sendo o produto industrializado destinado ao exterior imune de IPI, poderá a sociedade comercial exportadora creditar-se de tal tributo, a título de crédito-prêmio, a fim de afastar os efeitos da cumulatividade do COFINS, que onerou os insumos adquiridos.

Uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como objeto social a promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico, requereu ao Ministério da Justiça sua qualificação como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP). Analisado o requerimento, que foi instruído com os documentos exigidos, e constatado o atendimento dos requisitos legais, foi concedida a essa pessoa jurídica a qualificação requerida.

Com base na situação hipotética acima, julgue os itens a seguir.

- 31** Desde que atendidas as exigências legais, a concessão a uma pessoa jurídica de direito privado da qualificação de OSCIP é ato que se insere dentro do poder discricionário da administração pública, que avaliará a oportunidade e a conveniência para a sua prática.
- 32** A vinculação entre o poder público e uma OSCIP é feita por meio de termo de parceria; os bens imóveis adquiridos por ela com recursos provenientes da celebração do termo de parceria são gravados com cláusula de inalienabilidade.
- 33** Na situação considerada, por incluir entre o seu objeto social a promoção da cultura, a referida pessoa jurídica, desde que cumpridos os demais requisitos exigidos em lei, também poderia ser qualificada como organização social. Nesse caso, a parceria entre ela e o poder público seria feita por meio de um contrato de gestão que, na sua elaboração, entre outros preceitos, deve observar os princípios da impessoalidade e economicidade.

Com relação à administração indireta e às agências reguladoras e executivas, julgue os itens seguintes.

- 34** Não há restrição legal para que empresa pública contrate com sua subsidiária, com dispensa de licitação, prestação de serviços ou aquisição de bens.
- 35** Embora a Constituição Federal adote a livre concorrência como um dos princípios da ordem econômica, é possível, visando a proteção do meio ambiente, estabelecer tratamento diferenciado entre empresas, conforme o impacto ambiental dos produtos e de seus processos de elaboração.

- 36** As agências reguladoras são autarquias sob regime especial, que é caracterizado pela independência administrativa, pela autonomia financeira e pelo poder normativo atribuídos a essas agências.
- 37** A qualificação de uma autarquia como agência executiva, o que lhe assegura aumento dos valores de contratação de obras e serviços de engenharia com dispensa de licitação, depende de ela ter um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento ou, alternativamente, da celebração de contrato de gestão com o respectivo ministério supervisor.

A União desapropriou imóvel com a finalidade de interligar duas rodovias federais. Porém, em razão de contingenciamento de despesas, as obras de interligação não foram realizadas. Tendo havido, no ano seguinte, eleições para presidente da República, o novo governo eleito não demonstrou interesse na obra e, com vistas a promover o desenvolvimento da região, acabou por alienar o terreno desapropriado, que foi adquirido por uma empresa privada que nele instalou uma unidade de produção. Nesse meio tempo, abalado com a desapropriação, o proprietário do terreno veio a falecer e os seus herdeiros, inconformados com a utilização do bem por uma empresa privada, ingressaram com ação requerendo a desconstituição da desapropriação e a retrocessão do bem.

Com relação à situação hipotética apresentada acima, julgue os itens a seguir.

- 38** Em face da tredestinação, é possível a retrocessão do bem aos herdeiros, uma vez que, segundo o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a retrocessão tem natureza de direito real.
- 39** Caso a desapropriação do imóvel tivesse ocorrido em razão do cultivo ilegal de plantas psicotrópicas, não haveria a necessidade de ato declaratório de utilidade pública, necessidade pública ou interesse social, podendo a destinação do imóvel desapropriado para fins de construção de interligação entre duas rodovias federais ser definida no âmbito da ação judicial própria.

A respeito de responsabilidade civil do Estado, servidores públicos e processo disciplinar, julgue os itens a seguir.

- 40** Em obra pública, contratada por empreitada global com empresa privada, desaparece a responsabilidade objetiva da administração pública. Os danos causados a terceiros, em razão da obra em si, são de responsabilidade exclusiva da empresa contratada.
- 41** O servidor público que, à data da publicação da Emenda Constitucional (EC) n.º 41/2003, já tivesse implementado as condições para a sua aposentadoria voluntária com base na legislação vigente e que venha a optar por permanecer em atividade faz jus a abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória, desde que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem.

42 O servidor da União, dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação da EC n.º 41/2003 poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei.

Acerca de licitações, registro de preços e contratos administrativos, julgue os itens a seguir.

43 No caso de supressão de obras, se o contratado já houver adquirido os materiais e os postos no local de trabalho, deverá a administração, tão-somente, indenizar os custos de aquisição, atualizados, regularmente comprovados, não sendo cabível outro tipo de indenização.

44 A licitação para registro de preços, que é precedida de ampla pesquisa de mercado, poderá ser realizada na modalidade de concorrência ou de pregão, do tipo menor preço, sendo possível, em caráter excepcional, adotar-se, na modalidade de concorrência, o tipo técnica e preço.

45 Segundo o consolidado entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU), não é possível a repactuação de custos de mão-de-obra em contratos de serviços terceirizados antes de decorrido um ano da data da assinatura do contrato.

46 Recursos administrativos interpostos contra atos de habilitação ou inabilitação de licitante têm efeito suspensivo. A autoridade competente, motivadamente, e por razões de interesse público, pode atribuir efeito suspensivo ao recurso contra o ato de rescisão de contrato, adotado unilateralmente pela administração, em razão de lentidão na execução do contrato que comprove a impossibilidade de seu cumprimento no prazo estipulado.

A respeito de poder regulamentar, bens públicos, regime jurídico dos recursos minerais e terras devolutas, julgue os itens a seguir.

47 O poder regulamentar, atribuído ao chefe do Poder Executivo, por decorrer de expressa previsão constitucional, é de natureza originária ou primária.

48 A concessão de direito real de uso de bem público é, por força de lei, intransferível por ato *inter vivos*.

49 Estão sujeitas a servidões de solo e subsolo, para fins de pesquisa ou lavra de recursos minerais, não só a propriedade onde se localiza a jazida, como as limítrofes.

50 Terras devolutas são todas aquelas pertencentes ao domínio público de qualquer das entidades estatais, não utilizadas pelo poder público nem destinadas a fins administrativos específicos.

GRUPO II: DIREITOS CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL

O deputado Roberto Jefferson, em entrevista ao jornal **Folha de S. Paulo**, indicou haver indícios de superfaturamento em contratos celebrados, no âmbito da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), com empresas privadas e denunciou um esquema de pagamentos a parlamentares, feito pelo Partido dos Trabalhadores, com a finalidade de garantir apoio, na base aliada, para aprovação de proposições de interesse do governo.

Pressionado pela crise política que se instalou a partir das denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, no dia 29 de junho de 2005, a adoção de uma série de medidas destinadas a combater a corrupção. Entre elas, estão a proposta de criminalizar o enriquecimento ilícito e a criação de controladorias para investigar gastos e despesas nos ministérios.

Ainda como consequência das denúncias apresentadas, foram instaladas uma comissão de sindicância, na Câmara dos Deputados, e uma comissão parlamentar mista de inquérito, no Congresso Nacional, e houve um atraso na aprovação da lei de diretrizes orçamentárias, que teve a sua votação adiada para a primeira semana de agosto.

Com referência ao texto acima, julgue os itens a seguir.

51 Supondo que fosse protocolado, na Secretaria-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, no dia 30 de junho, um projeto de lei de autoria do presidente da República, tipificando o enriquecimento ilícito como crime, e houvesse, na mensagem que encaminhou o projeto de lei, um pedido de urgência constitucional para essa proposição, a partir de 15 de setembro seriam sobrestadas todas as demais deliberações legislativas da Câmara dos Deputados, caso, até essa data, não tivesse sido concluída a votação desse projeto de lei.

52 Caso a comissão de sindicância considere necessário, ela poderá encaminhar um pedido escrito de informações ao ministro de Estado das Comunicações, para esclarecer detalhes da nomeação de dirigentes da ECT, importando em crime de responsabilidade do ministro a recusa ou o não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

53 Se, ao final dos trabalhos da comissão de sindicância, for comprovada a realização de pagamentos para parlamentares com vistas a garantir apoio ao governo nas votações, os deputados que forem apontados como beneficiários do esquema de pagamento poderão sofrer processo de perda de mandato, cabendo a decisão sobre a perda à Câmara dos Deputados, por voto secreto e maioria absoluta, assegurada aos parlamentares a ampla defesa.

- 54** Se a criação de controladorias para investigar os gastos dos ministérios fosse feita por medida provisória e o Congresso Nacional aprovasse o seu texto original sem alteração, essa medida provisória seria convertida em lei, dispensada a sanção presidencial, sendo atribuição do Congresso Nacional sua promulgação e publicação.
- 55** O TCU tem atribuição constitucional para apreciar os contratos administrativos indicados na denúncia como ilegais, podendo assinar prazo para que a ECT adote as providências necessárias para a correção dos vícios apontados e, no caso de não atendimento da sua determinação, sustar a execução do contrato, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.

Acerca do controle de constitucionalidade e da recepção de normas infraconstitucionais, julgue os itens subseqüentes.

- 56** O STF, alterando a jurisprudência dominante, passou a admitir a legitimação ativa para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade da entidade de classe de âmbito nacional formada por pessoas jurídicas, conhecida como “associação de associações”.
- 57** A partir da EC n.º 45, que instituiu a reforma do Poder Judiciário, as decisões de mérito proferidas pelo STF nas ações diretas de inconstitucionalidade passaram a ter efeito vinculante. Antes da emenda, a ordem jurídica então vigente, bem assim a jurisprudência, apenas conferiam tal efeito às decisões proferidas nas ações declaratórias de constitucionalidade.
- 58** O governador de estado não tem legitimidade para propor ação declaratória de constitucionalidade perante o STF, ainda quando a lei federal, cuja validade se pretende afirmada, tenha repercussão no seu estado.
- 59** O STF já se pronunciou definitivamente a respeito da validade da Lei n.º 9.882, no ponto que, regulando a ação de descumprimento de preceito fundamental, permite analisar controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal editados antes da Constituição, em ordem a reparar lesão a preceito fundamental.

Julgue os itens seguintes quanto ao regime dos precatórios.

- 60** Os débitos de natureza alimentícia, como vencimentos salários e pensões, dispensam precatórios.
- 61** Havendo quebra da ordem cronológica de precedência do pagamento dos precatórios vencidos, legitima-se o seqüestro da quantia necessária à satisfação do débito, pelo presidente do tribunal do qual emanou a decisão exequenda.
- 62** Apesar de as empresas públicas estarem submetidas a regime próprio das empresas privadas, inclusive quanto à penhora de seus bens no processo executivo, o STF reconhece, em casos excepcionais, em que a empresa realiza serviço público estatal, o privilégio de ter seus débitos pagos por meio de precatórios.

A EC n.º 45/2004 aperfeiçoou o sistema de garantias dos direitos fundamentais, tendo em vista a exigência social de que tenham efetividade e os compromissos assumidos pelo Brasil na ordem jurídica internacional. Com relação a esse assunto, julgue os itens que se seguem.

- 63** Os tratados internacionais sobre direitos humanos podem constituir-se em parâmetro constitucional de validade de normas legais, mas devem ser submetidos a idêntico processo legislativo de votação e aprovação das emendas constitucionais.
- 64** Havendo violação grave de direitos humanos cujo processo ou inquérito judicial com tramitação na justiça estadual se mostre moroso ou ineficiente, o respectivo procurador-geral de justiça poderá propor, perante o STJ, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal.
- 65** A reforma do Poder Judiciário garantiu a todos o direito subjetivo à razoável duração do processo, como projeção do devido processo legal. Trata-se de norma cuja aplicação não é imediata, restando condicionada à regulação específica, que disciplinará o que se pode entender por razoável.

Julgue os itens seguintes, acerca da teoria da Constituição e do constitucionalismo brasileiro.

- 66** Conforme assentado pelo STF, havendo confronto entre normas constitucionais originárias, a solução do caso concreto não pode ser encontrada no âmbito do controle de constitucionalidade, mas pode ser dada por critérios hermenêuticos, inclusive pela ponderação de valores.
- 67** O que mais contribuiu para a aproximação dos textos das Constituições de 1934 e 1946 foi a coincidência dos fatores políticos que inspiraram a elaboração das Cartas, orientadas, nos dois momentos, por uma reação contra os exageros do presidencialismo da República Velha ou contra as tendências ditatoriais que modelaram a Constituição de 1937.
- 68** A constituição dirigente é aquela que, além de legitimar e limitar o poder estatal em face da sociedade, define metas para o futuro mediante a instituição de normas programáticas, exigindo, todavia, vinculação dos poderes públicos à sua realização.
- 69** A Constituição de 1988 inaugurou o sistema de controle de constitucionalidade abstrato de normas, porquanto as constituições anteriores apenas previam o controle difuso realizado *incidenter tantum*.

Julgue os itens seguintes, que versam acerca da reforma constitucional do Poder Judiciário promovida pela EC n.º 45.

- 70** Para garantia da celeridade da atividade jurisdicional, previu-se que a distribuição de processos deve ser imediata em todos os graus de jurisdição. Foram vedadas as férias coletivas tanto nos juízos de primeiro grau quanto nos tribunais de segundo grau, norma que exclui o STJ e o STF.
- 71** Todas as ações decorrentes de acidentes do trabalho, antes da competência da justiça comum dos estados, passaram para a competência da justiça do trabalho.

- 72** O cumprimento das medidas solicitadas por autoridades judiciárias estrangeiras por meio de carta rogatória é de competência do STJ e não mais do STF.
- 73** Admitida a hipótese de determinado tribunal de justiça julgar válida lei estadual contestada em face de lei federal, tem-se um conflito situado no âmbito do controle de legalidade, cabendo unicamente ao STJ o julgamento final de mérito.
- 74** A reforma do Poder Judiciário tornou expresso que os agentes políticos não podem ser sujeitos passivos da ação de improbidade administrativa, pois respondem apenas por crimes comuns e de responsabilidade, restando, assim, pacificada a polêmica instaurada sobre o assunto.
- 75** As funções do Conselho da Justiça Federal relacionadas à supervisão administrativa e orçamentária da justiça federal de primeiro e segundo graus foram mantidas pela reforma. Junto ao STJ funcionará também a escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados.

A respeito do processo de execução, julgue os itens a seguir.

- 76** Pode o exequente requerer a execução provisória de título judicial ou extrajudicial, desde que preste caução idônea, real ou fidejussória, para acautelamento integral do risco de prejuízo para o executado.
- 77** Cabível a condenação em honorários advocatícios na execução fundada em título judicial ou extrajudicial, embargada ou não, mesmo quando se trata de execução contra a fazenda pública, por ser a execução ação autônoma, impõe-se a fixação de novos honorários em sede de execução, ainda que não embargada.
- 78** Na execução fiscal, o prazo de trinta dias para oposição dos embargos do devedor conta-se da intimação pessoal do representante legal da devedora, com expressa advertência quanto ao prazo, e não da juntada ao autos do respectivo mandado.

Acerca do mandado de segurança individual e coletivo, julgue os itens que se seguem.

- 79** No mandado de segurança, a pessoa jurídica de direito público que integra a relação processual na condição de litisconsorte necessário tem legitimidade para recorrer da sentença que lhe foi desfavorável ou que contenha vício de nulidade insanável.
- 80** Considera-se autoridade coatora, e, portanto, apta a ocupar o pólo passivo do mandado de segurança, a pessoa que recomenda ou elabora normas para a execução ou inexecução do ato impugnado.
- 81** Exarada sentença denegando a segurança, resta sem objeto o agravo de instrumento interposto contra o indeferimento da liminar requerida nos autos. Da mesma forma, a superveniência de sentença concessiva da segurança, ratificando liminar anteriormente concedida, torna prejudicados os recursos interpostos em face dessa decisão interlocutória.
- 82** Compete à justiça federal julgar causas contra ato de dirigente de estabelecimento de ensino superior pertencente ao sistema de ensino dos estados, porque ele exerce, na hipótese, atividade delegada do poder federal.

- 83** Quando o mandado de segurança tem por objeto a tutela de direito líquido e certo que possui expressão financeira imediata e quantificável, deve o valor dado à causa refletir o exato proveito econômico perseguido.

A respeito dos meios de impugnação dos provimentos jurisdicionais, julgue os seguintes itens.

- 84** Nas sentenças proferidas em desfavor da Fazenda Pública, sendo hipótese de reexame necessário, o juiz, ao proferir sentença, deve determinar que, não havendo recurso voluntário, seja aberta vista às partes para que apresentem suas razões para manutenção ou reforma da sentença pelo tribunal.
- 85** O recurso de apelação devolve ao tribunal toda a matéria efetivamente impugnada. Assim, o pedido do recorrente limita a atuação do tribunal, mas o mesmo não se aplica à fundamentação, podendo o tribunal, ao julgar a apelação, examinar todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha decidido por inteiro.
- 86** Poderão as partes, nas razões ou contra-razões de apelação, alegar questão de fato não suscitada na ação, ainda que tal alegação altere a causa de pedir ou o pedido, desde que seja provado que deixaram de fazê-lo antes por motivo de força maior e sejam garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 87** São cabíveis embargos infringentes contra decisão não unânime proferida em agravo de instrumento, quando nesse for decidida matéria de mérito e decretada a extinção do processo.
- 88** A retenção de recurso especial interposto contra acórdão proferido no agravo de instrumento, deduzido em face de decisão interlocutória de primeiro grau, impõe ao recorrente reiterá-lo no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final ou para as contra-razões.
- 89** Os embargos de declaração não devem revestir-se de caráter infringente. No entanto, excepcionalmente, em casos de erro material evidente ou de manifesta nulidade do acórdão, pode o acórdão de embargos proceder a correção do julgado anterior.

A respeito da ação civil pública, julgue os itens subsequentes.

- 90** A concessão de medidas de urgência está condicionada a requisitos próprios, da relevância do direito e do risco de dano previstos, fundamentalmente em lei, extensivos aos casos de concessão de medida liminar em sede de ação civil pública.
- 91** A execução de sentença genérica de procedência, proferida em ação coletiva *lato sensu*, demanda cognição exauriente e contraditório amplo sobre a individualização e liquidação do valor devido, bem como o juízo sobre a titularidade do exequente em relação ao direito material reconhecido na ação coletiva.
- 92** O Ministério Público é parte legítima para ajuizar ação civil pública visando à devolução de valores pagos indevidamente em contratos de aquisição da casa própria, disciplinados pelo sistema financeiro habitacional, firmados com pessoas hipossuficientes.

Julgue os seguintes itens.

- 93** A ação de manutenção de posse de imóvel, quando esse se achar situado em mais de um estado ou comarca contíguos, será competente o foro correspondente ao local em que se encontra a maior extensão do bem. No entanto, por se tratar de competência territorial, esta pode ser modificada por acordo, tácito ou expresso, entre as partes.
- 94** Se em determinado processo o ônus da prova do fato couber ao autor, somente ele tem legitimidade para requerer a produção de tal prova.
- 95** Os pressupostos de constituição e desenvolvimento válidos e regulares do processo devem ser examinados sob o ponto de vista estritamente processual, compreendendo os seguintes aspectos: a competência do juiz, a capacidade civil das partes, sua representação por advogado, a observância da forma processual adequada à pretensão, a existência nos autos do instrumento de mandato, a inexistência de litispendência, coisa julgada, compromisso, ou inépcia da inicial e, ainda, a inexistência de quaisquer nulidades previstas na legislação processual.

A respeito dos juizados especiais federais, julgue os próximos itens.

- 96** No juizado especial federal cível, podem figurar como partes réus a União, autarquias, fundações, sociedades de economia mista e as empresas públicas federais.
- 97** A competência dos juizados especiais federais é absoluta nas localidades que já tiverem juizados instalados, e as sentenças proferidas em desfavor dos legitimados passivos estão sujeitas ao reexame necessário.

Acerca das tutelas de urgência no processo civil, julgue os itens a seguir.

- 98** São requisitos para a obtenção da tutela cautelar: a prova inequívoca, a certeza quanto ao direito a ser realizado e o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.
- 99** Caso a parte formule pedido de antecipação de tutela e seja constatada natureza cautelar no pedido formulado, desde que presentes os requisitos essenciais ao pedido, o juiz deverá promover a conversão de um pedido em outro.
- 100** Ao examinar pedido de antecipação de tutela no procedimento ordinário, o juiz pode conceder medida cautelar para assegurar a utilidade do processo ao invés de antecipar os efeitos da decisão de mérito.

GRUPO III: DIREITOS PENAL E PROCESSUAL PENAL

Acerca das normas de convenções e tratados de direito internacional relativos ao processo penal, do inquérito policial e da ação penal, julgue os itens que se sucedem.

- 101** Consoante orientação do STF, o Pacto de São José da Costa Rica foi recepcionado pelo ordenamento jurídico brasileiro como norma infraconstitucional geral — *lex generalis*. Destarte, não tem força para derrogar norma infraconstitucional especial, como a representada pela Lei n.º 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos) — *lex specialis*.
- 102** De acordo com o entendimento do STF, a decisão que determina o arquivamento do inquérito policial, a pedido do Ministério Público, quando o fato nele apurado não constituir crime (atípico), produz, mais que preclusão, coisa julgada material, impedindo ulterior instauração de processo que tenha por objeto o mesmo episódio, ainda que a denúncia se baseie em novos elementos de prova.
- 103** Em ação penal por crime de difamação e calúnia, consoante entendimento do STF, o querelante não pode, antes do recebimento da queixa-crime, desistir unilateralmente e requerer o arquivamento da referida ação, independentemente da realização de audiência de conciliação.

Relativamente à competência no processo penal, julgue os próximos itens.

- 104** Compete à justiça federal, de acordo com entendimento do STF, processar e julgar crimes de abuso de autoridade e de lesões corporais praticados por policiais militares contra silvícola, no interior de reserva indígena.
- 105** Nas ações penais originárias, compete ao STF processar e julgar os titulares de cargos de natureza especial da estrutura orgânica da Presidência da República que possuem, por lei, prerrogativas, garantias, vantagens e direitos equivalentes aos titulares dos ministérios.
- 106** Compete ao tribunal regional federal (TRF) processar e julgar ex-prefeito municipal pela prática, durante sua gestão administrativa, de crime de peculato envolvendo recursos do Sistema Único de Saúde. Os co-réus, ante a existência de relação de conexão e continência dos fatos, são também processados e julgados pelo TRF.

Quanto às medidas assecuratórias e ao incidente de insanidade mental, julgue os itens seguintes.

- 107** A via impugnativa dos embargos é cabível no caso de o seqüestro recair sobre bens móveis adquiridos com os proventos da infração, medida constritiva prevista no Código de Processo Penal (CPP). Mostra-se cabível o oferecimento dos embargos contra o seqüestro prévio — art. 136 do CPP —, que tem natureza de garantia à hipoteca legal e que atinge quaisquer bens móveis do réu para assegurar posterior especialização e inscrição desses bens.

108 O exame de insanidade mental, que objetiva a demonstração da higidez psíquica do réu no momento da prática da infração penal, deve ser deferido pelo juiz sempre que houver requerimento da defesa, sob pena de cerceamento de defesa e constrangimento ilegal.

109 Considere a seguinte situação hipotética.

O Ministério Público requereu a medida assecuratória de especialização e inscrição de hipoteca legal sobre bens imóveis de propriedade de réu denunciado pela prática de crime de apropriação indébita previdenciária, bem como de suas cotas sociais na empresa A&M Eng. Ltda., na qual era sócio-gerente, a fim de garantir os efeitos de eventual e futura condenação.

Nessa situação, a medida não será cabível com relação à empresa, para não violar o princípio da pessoalidade, com atribuição de responsabilidade penal a terceiros da relação jurídica.

Com relação à aplicação da Lei n.º 9.099/1995 na justiça federal, às sentenças penais e à fixação da pena, julgue os itens subseqüentes.

110 É cabível a suspensão condicional do processo no caso de desclassificação, operada em sede de sentença condenatória, do crime capitulado na vestibular acusatória pelo procurador da República. Nesse caso, o juiz deve ouvir previamente o órgão do Ministério Público acerca do *sursis* processual.

111 O STF tem entendimento quanto à impossibilidade de a condenação criminal anterior que não caracteriza reincidência, em face do decurso do prazo de mais de 5 anos entre a data da extinção da pena e a infração posterior, ser considerada a título de maus antecedentes quando da análise das circunstâncias judiciais na dosimetria da pena.

112 Na fixação da pena, a atenuante da menoridade prepondera sobre qualquer outra circunstância, inclusive sobre a reincidência, por sua vez mais gravosa que as conseqüências do crime e as agravantes genéricas.

A respeito da prisão em flagrante, da prisão especial e da liberdade provisória, julgue os itens que se sucedem.

113 De acordo com a orientação do STJ, o direito do advogado, ou de qualquer outro preso especial, deve circunscrever-se à garantia de recolhimento em local distinto da prisão comum. Não havendo estabelecimento específico, poderá o preso ser recolhido a cela distinta da prisão comum, observadas as condições mínimas de salubridade e dignidade da pessoa humana.

114 É cabível a decretação de prisão preventiva para fins de pedido de extradição, bem como a concessão de liberdade provisória com fiança, preenchidos os requisitos legais previstos no CPP.

Quanto a homologação de sentença estrangeira, cartas rogatórias e recursos no processo penal, julgue os itens a seguir.

115 A homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequátur às cartas rogatórias é de competência originária do STJ, abrangendo todos os pedidos ainda em curso de processamento no STF.

116 Em face dos princípios da ampla defesa e presunção de inocência, de acordo com o STF, a recaptura do réu foragido, antes do julgamento da apelação interposta, afasta a decretação da deserção do recurso.

117 No recurso em sentido estrito, o não-oferecimento das razões recursais, de acordo com o entendimento do STF, não obsta a subida da irresignação ao juízo *ad quem*.

Relativamente ao *habeas corpus*, ao mandado de segurança em matéria penal, à quebra de sigilo bancário e a interceptações de comunicações, julgue os próximos itens.

118 Consoante entendimento do STF, o *habeas corpus* é instrumento idôneo, em tese, para impugnar a validade de decisão judicial que decreta a quebra do sigilo bancário, considerando que de tal procedimento pode advir medida restritiva à liberdade de locomoção.

119 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo foi preso em flagrante pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, tendo o juiz, em face de pedido de defensor constituído, concedido a liberdade provisória por entender ausentes os requisitos da prisão preventiva. Inconformado, o órgão do Ministério Público interpôs recurso em sentido estrito.

Nessa situação, de acordo com a orientação do STJ, é cabível mandado de segurança para atribuir efeito suspensivo ao recurso em sentido estrito.

120 Não é possível, de acordo com o STF, a prorrogação do prazo de autorização judicial para a interceptação telefônica, quando sucessiva, mesmo tratando-se de fato complexo que exija investigação diferenciada e contínua.

Cada um dos itens seguintes apresenta uma situação hipotética relativa a princípios de matéria penal, tipicidade e imunidade parlamentar, seguida de uma assertiva a ser julgada.

121 A autoridade policial instaurou inquérito policial contra Manoel pela prática do crime de descaminho, por ter ingressado no território nacional com mercadoria estrangeira, iludindo o pagamento do respectivo imposto devido, avaliado em R\$ 900,00. Nessa situação, de acordo com o entendimento do STJ, não é cabível a aplicação do princípio da insignificância ou bagatela.

122 Um deputado federal divulgou, por meio do informativo eletrônico semanal gerado em seu gabinete, localizado na Câmara dos Deputados, o conteúdo de uma carta anônima (apócrifa) que noticiava, falsamente, fatos ofensivos à honra de um prefeito municipal, consistentes na prática de atos de corrupção passiva. Nessa situação, o deputado federal praticou crime de imprensa (calúnia), por não estar sua conduta abrigada pela imunidade material.

Relativamente aos crimes comissivos e omissivos, ao concurso aparente de normas e ao concurso de crimes, julgue os itens que se seguem.

123 A apropriação indébita previdenciária é crime omissivo próprio ou puro, que se aperfeiçoa independentemente do fato de o agente — empregador — vir a se beneficiar com os valores descontados de seus empregados e não repassados à previdência social.

124 Considere a seguinte situação hipotética.

Leonardo exportou ilegalmente bens, iludindo o recolhimento do imposto devido e fazendo uso de falsa documentação.

Nessa situação, segundo o STF, Leonardo responde somente pelo crime de descaminho, em face da consunção.

125 Se a falsidade ou o uso de documento falso é o meio empregado para a prática do estelionato, de acordo com o entendimento do STF, o agente responde somente pelo crime de estelionato, com a absorção dos crimes de falsidade ou de uso de documento falso.

A respeito de agravantes e atenuantes, livramento condicional e suspensão condicional da pena, julgue os itens subseqüentes.

126 Na aplicação da pena, no concurso entre circunstâncias atenuantes e agravantes, a confissão espontânea prevalece sobre a reincidência.

127 Considere a seguinte situação hipotética.

Renato, primário e sem antecedentes criminais, foi condenado à pena privativa de liberdade de 3 anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, pela prática do crime de tráfico internacional de substâncias entorpecentes.

Nessa situação, apesar da fixação do regime prisional inicialmente fechado, Renato somente preencherá o requisito objetivo-temporal do livramento condicional após o cumprimento de 2 anos da pena.

128 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo foi condenado à pena privativa de liberdade de 2 anos de reclusão, em regime integralmente fechado, pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.

Nessa situação, conforme entendimento do STF, preenchidos os requisitos legais, é cabível a concessão da suspensão condicional da pena.

No que tange aos regimes prisionais e ao concurso de pessoas, julgue os itens a seguir.

129 Considere a seguinte situação hipotética.

Na sentença penal condenatória, o juiz, após aplicar a pena privativa de liberdade ao réu pela prática do crime de latrocínio, fixou o regime fechado, fazendo expressa menção à Lei dos Crimes Hediondos — Lei n.º 8.072/1990.

Nessa situação, de acordo com a orientação do STF, em face da omissão do advérbio **integralmente**, ficou assegurado o direito à progressão do regime prisional, transitada em julgado para o Ministério Público a sentença.

130 No homicídio do tipo mercenário, a qualificadora relativa ao cometimento do crime mediante paga ou promessa de recompensa, consoante entendimento do STJ, comunica-se com os co-autores ou partícipes, por tratar-se de condição de caráter não-pessoal.

Quanto aos crimes de lavagem de dinheiro, contra o patrimônio, de racismo e contra a administração pública, julgue os próximos itens.

131 Considere a seguinte situação hipotética.

Para ocultar a origem ilegal que não poderia justificar, um servidor público efetuou depósitos de cheques de terceiros, recebidos como produto de concussão, em contas-correntes de pessoas jurídicas constituídas para esse mister, nas quais figurava como sócio juntamente com sua esposa, tendo livre acesso aos numerários para posteriores investimentos.

Nessa situação, o servidor público praticou, em tese, crime de lavagem de dinheiro.

132 Após o recebimento da denúncia, o pagamento integral dos débitos oriundos da falta de recolhimento de contribuição à previdência social descontada dos salários dos empregados, de acordo com o STJ e STF, não extingue a punibilidade do crime de apropriação indébita previdenciária.

133 Consoante entendimento do STF, constitui crime de racismo escrever livro fazendo apologia de idéias preconceituosas e discriminatórias contra a comunidade judaica, no sentido de que os judeus seriam raça inferior, nefasta e infecta, características suficientes para justificar a segregação e o extermínio.

134 O crime de corrupção passiva, consoante entendimento do STF, para a sua configuração, reclama que o funcionário público tenha solicitado ou recebido vantagem indevida ou aceito sua promessa em razão de ato específico de sua função ou cargo, ou seja, ato de ofício — omissivo ou comissivo.

Cada item seguinte apresenta uma situação hipotética referente aos crimes de tóxicos, contra o patrimônio, a fé pública e o meio ambiente, seguida de uma assertiva a ser julgada.

135 Um indivíduo adquiriu na Bolívia e transportou em uma aeronave particular para o Brasil 120 kg de pasta de cocaína, que posteriormente seria refinada em um laboratório no município de Recife – PE, para ser comercializada no território nacional. Ao aterrissar a aeronave em uma pista de pouso de uma fazenda do referido município, o indivíduo foi preso por policiais militares. Nessa situação, o indivíduo praticou o crime de tráfico internacional de entorpecentes, cuja pena privativa de liberdade será majorada de um terço a dois terços.

136 Um servidor público de uma autarquia previdenciária, responsável pela autenticação de documentos apresentados para fins de benefícios, certificou como reproduções fiéis cópias de documentos apresentados por um particular, em requerimento para fins de obtenção de aposentadoria, que posteriormente ficou comprovado serem falsificados. Nessa situação, o servidor público praticou, em tese, o crime de estelionato qualificado, por ter o crime sido praticado em detrimento de entidade de direito público e assistência social.

137 Um órgão do Ministério Público ofereceu denúncia contra uma pessoa jurídica de direito privado e dois de seus administradores por crime contra o meio ambiente, por causarem poluição em leito de um rio interestadual, por meio de lançamento de resíduos, tais como graxas, óleo, lodo, areia e produtos químicos, resultantes da atividade do estabelecimento comercial. Nessa situação, de acordo com entendimento do STJ, a pessoa jurídica não pode ser sujeito passivo de crime ambiental.

Acerca dos crimes contra a administração pública, as telecomunicações e a fauna, julgue os itens a seguir.

138 Considere a seguinte situação hipotética.

Em uma reclamação trabalhista, o advogado da empresa reclamada instigou e orientou uma testemunha a prestar depoimento inverídico em audiência, negando o vínculo empregatício que o empregado reclamante alegava ter existido para fazer jus a direitos trabalhistas — aviso prévio, 13.º salário e férias.

Nessa situação, consoante entendimento do STF e STJ, o advogado praticou, em tese, o crime de falso testemunho em concurso de agentes.

139 Configura, em tese, crime contra as telecomunicações, a instalação ou utilização de rádio comunitária, ainda que de baixa potência e sem fins lucrativos, sem a devida autorização do poder público.

140 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo, durante o período de reprodução do camarão branco (época de defeso), pescou pelo sistema de parelhas 100 kg do crustáceo, sendo flagrado por fiscais do IBAMA quando atracava sua embarcação.

Nessa situação, o indivíduo praticou, em tese, crime contra a fauna.

GRUPO IV: DIREITOS CIVIL E COMERCIAL

Acerca da teoria geral dos contratos e dos contratos em espécie, julgue os itens a seguir.

141 A boa-fé objetiva é um princípio que tem força para validar negócios jurídicos. Ela funciona como regra implícita em todo negócio jurídico bilateral, notadamente no contrato de seguro, contrato em que, pelas suas características, a manifestação da vontade representa o elemento nuclear para a sua formação, validade e eficácia.

142 Considere que foi firmado um contrato de empréstimo, no qual foi incluída cláusula estabelecendo que, caso não ocorra o pagamento da dívida, no vencimento e em dinheiro, o imóvel que foi transferido, mediante escritura pública, na data do empréstimo, se consolida na propriedade da pessoa do credor. Nessa situação, a transferência da propriedade do imóvel para o credor caracteriza-se como dação em pagamento.

143 Na compra e venda de imóveis, na modalidade *ad mensuram* (por extensão), o comprador não tem direito a complementação da área ou a redução do preço, ao contrário do que ocorre na modalidade de compra e venda *ad corpus* (coisa certa).

144 Considere a seguinte situação hipotética.

João vendeu a José um imóvel de propriedade de terceiro por meio de escritura pública, que foi levada ao competente cartório de registro imobiliário, porém, utilizando-se de falsa procuração.

Nessa situação, após a efetivação da venda e a posse do comprador de boa-fé, pode o verdadeiro proprietário, por meio de ação própria, obter a decretação da invalidade do título e o cancelamento do respectivo registro.

145 No contrato estimatório, a restituição da coisa consignada é opção livre do consignatário, desde que o faça dentro do prazo determinado para a venda a terceiros, não podendo o consignante impedi-la ou limitá-la, pois violaria a natureza do negócio.

Com relação aos direitos das obrigações e seus efeitos, julgue os itens subseqüentes.

146 A cláusula penal compensatória estipulada para a hipótese de descumprimento total da obrigação pode sofrer redução judicial, na hipótese de descumprimento parcial da avença. É vedado ao juiz deferir o pedido unilateral de uma das partes de redução do valor livremente pactuado pelas partes, sob a alegação de penalidade manifestamente excessiva.

147 O devedor beneficiado pela remissão, no caso de responsabilidade solidária passiva, fica exonerado em relação ao total do débito para com o credor, continuando os demais coobrigados insolventes responsáveis pelo restante da dívida.

148 Não há necessidade de que a obrigação, para ser solidária, baseie-se em uma mesma causa ou fundamento jurídico. Assim, quando, em razão de um mesmo dano, um sujeito apresenta-se responsável perante o lesado por ato ilícito, outro pelo risco que lhe é imputável e um terceiro pela infração de um dever contratual de diligência, a obrigação é solidária.

Acerca dos registros públicos, julgue os próximos itens.

149 A fusão de matrículas dá homogeneidade jurídica a imóveis fisicamente contíguos e que, não obstante constituírem um todo harmônico, aparecem para o direito como entidades apartadas. O exercício desse direito decorre da propriedade, pois todas as matrículas a unificar devem estar registradas sob o mesmo proprietário.

150 Dúvida registrária é o juízo, emitido pelo registrador no exercício de suas funções, obstando a uma pretensão de registro. O procedimento de dúvida tem natureza administrativa, pois não há contraditório entre partes interessadas, apenas dissenso entre o requerente e o serventuário.

Com referência à posse e ao direito de superfície, julgue os seguintes itens.

151 Na vigência do prazo de contrato de concessão de superfície, pode o superficiário transferir seu direito real por ato *inter vivos*, sendo vedada qualquer espécie de pagamento ao proprietário. Assim, é nula a cláusula inserida no contrato de concessão do direito de superfície que imponha ao proprietário concedente o ônus de indenizar quaisquer construções ou plantações que o superficiário vier a incorporar ao solo.

152 Considere que uma pessoa ocupe há mais de dez anos uma área de domínio público, local onde foi construída uma pequena barraca de alvenaria, destinada à exploração da atividade comercial de vendas de bebidas e salgados. A referida pessoa adquiriu o direito de exploração do comércio de terceira pessoa que, à época, detinha termo de ocupação e alvará de funcionamento do comércio. Nessa situação, se a administração pública desejar reaver a posse do imóvel, deve fazê-lo por meio de ação reivindicatória, e o ocupante terá direito à indenização pelas benfeitorias necessárias e úteis realizadas, com direito à retenção, por ser possuidor de boa-fé.

A respeito da defesa e da proteção do consumidor, julgue os itens subseqüentes.

153 Para caracterização de publicidade enganosa, basta que a informação publicitária, por ser falsa, inteira ou parcialmente, ou por omitir dados importantes, leve o consumidor ao erro. Nessa situação, não se exige culpa ou dolo do anunciante, proíbe-se apenas o resultado: que a publicidade induza o consumidor a formar falsa noção da realidade.

154 Uma instituição financeira pode encerrar conta-corrente mediante notificação ao correntista, nos termos previstos no contrato, não se caracterizando, no caso, recusa à prestação de serviço, prática vedada pelo Código de Defesa do Consumidor.

155 Estando individualizada a responsabilidade do fornecedor pela colocação de um produto no circuito comercial, há exclusão absoluta da responsabilidade do comerciante, pessoa ou empresa que vendeu ou fez a entrega do produto ao consumidor.

Acerca da teoria da empresa e da teoria geral do direito societário, julgue os itens seguintes.

156 Em conformidade com a teoria dos perfis da empresa, pelo perfil objetivo, a empresa se confunde com a própria atividade empresarial.

157 Considere a seguinte situação hipotética.

Antônia, artesã, ante o aumento na demanda por seus produtos e diante da pretensão de aumentar sua produção, decidiu constituir sociedade em conta de participação com Manoel, para que esse financiasse sua atividade empresarial. Ficou acordado que os dois dividiriam o lucro das vendas.

Nessa situação, a inscrição em registro competente do ato constitutivo da sociedade entre os dois, que pode ser escrito ou verbal, não confere personalidade jurídica à referida sociedade.

158 Considere a seguinte situação hipotética.

Um grupo de pessoas resolveu constituir sociedade cooperativa cujo objeto consistia na prestação de serviços de processamento de dados.

Nessa situação, o ato constitutivo da referida sociedade deve conter cláusulas que indiquem, necessariamente, o capital social, que deve ser fixo e expresso em moeda corrente, bem como a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas.

159 Considere que o Poder Executivo federal defira, mediante decreto, requerimento feito por sociedade dependente de autorização. Nessa situação, o referido decreto deve ser publicado na imprensa oficial da União, no prazo de 30 dias contados da data de sua expedição.

Quanto ao direito comercial moderno, julgue os itens que se seguem.

160 Nas sociedades anônimas, a assembléia geral é instalada, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas com direito a voto.

161 Considere a seguinte situação hipotética.

No acervo patrimonial de determinada pessoa jurídica, há dois imóveis. O primeiro é sede da sociedade empresária, enquanto o segundo localizado em outra unidade da federação, encontra-se alugado. Os valores recebidos, a título de aluguéis desse segundo imóvel, são aplicados no ativo patrimonial da referida sociedade empresária.

Nessa situação, o imóvel alugado não faz parte do estabelecimento empresarial da mencionada pessoa jurídica.

162 Considere a seguinte situação hipotética.

No curso de contrato de alienação fiduciária em garantia, o devedor fiduciante tornou-se inadimplente e, em razão disso, o credor ajuizou ação de busca e apreensão do bem alienado. Posteriormente, o devedor propôs ação de consignação em pagamento e depositou o valor devido em juízo.

Nessa situação, o depósito levado a efeito na ação de consignação em pagamento constitui óbice à concessão de medida liminar nos autos da ação de busca e apreensão anteriormente ajuizada.

163 Considere a seguinte situação hipotética.

João firmou contrato de cartão de crédito com determinada instituição financeira e, ao efetuar o pagamento de algumas faturas, observou que a administradora do referido cartão cobrava juros a uma taxa superior ao limite fixado pela lei de usura.

Nessa situação, se João ajuizar ação contra a mencionada instituição financeira, deve ter assegurada a repetição do que houver pago a mais.

Julgue os itens que se seguem, quanto à disciplina jurídica da concorrência empresarial.

164 Considere a seguinte situação hipotética.

Duas auto-escolas, que dominam menos de 1% do mercado relevante, e cujas sedes localizam-se na mesma avenida, decidiram fixar, em comum acordo, preços e condições para a prestação de seus serviços.

Nessa situação, com base na disciplina jurídica da concorrência empresarial, é correto concluir que não houve infração à ordem econômica.

165 A pessoa jurídica que incidir em prática de infração da ordem econômica poderá se sujeitar à pena de multa de até 20% do valor do faturamento bruto no seu último exercício.

Com relação aos contratos bancários, ao sistema financeiro nacional e aos títulos de crédito e financiamento industrial, julgue os itens que se sucedem.

166 Considere que, no dia 15/7/2005, determinado correntista tenha firmado contrato de mútuo bancário com o banco de que é cliente. Ocorre que o montante objeto do contrato apenas estará disponível para o mutuário no dia 27/8/2005. Nessa situação, o contrato de mútuo bancário somente estará perfeito no momento da efetiva entrega do dinheiro ao mutuário, devido a sua natureza de contrato real.

167 A União e a Caixa Econômica Federal devem figurar como litisconsortes passivas nas ações em que se discute o reajuste de prestação de financiamento de aquisição de casa própria regido pelo Sistema Financeiro de Habitação.

168 Considere que determinada sociedade empresária tenha gravado com hipoteca por cédula de crédito industrial um de seus bens e que, posteriormente, tenha advindo execução fiscal motivada pelo não recolhimento de contribuições sociais administradas pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Nessa situação, o bem gravado com a cédula de crédito industrial não será passível de penhora, no curso da ação de execução fiscal movida pelo INSS.

Acerca da recuperação judicial, extrajudicial e da falência do empresário e da sociedade empresária, julgue os itens seguintes.

169 No pedido de recuperação judicial, a petição inicial deve ser instruída com as demonstrações contábeis do empresário ou da sociedade empresária relativas aos cinco últimos exercícios sociais.

170 O Ministério Público é parte legítima para interpor recurso de agravo contra decisão que conceder pedido de recuperação judicial.

GRUPO V: DIREITOS INTERNACIONAL E PREVIDENCIÁRIO

A grande conquista do direito internacional privado é a aplicação do direito estrangeiro sempre que a relação jurídica tiver maior conexão com outro sistema jurídico do que com o do foro. Um mestre da disciplina, que experimentou em sua própria vida a discriminação racial e religiosa, a perseguição e a bestial crueldade que se abateu sobre a Europa em pleno século XX, e que conseguiu refugiar-se em nosso continente, onde, na Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires, criou escola e deixou inúmeros discípulos, intitulou uma de suas obras ***Derecho Internacional Privado, Derecho de la Tolerância***. A compreensão de que em determinadas circunstâncias faz-se mister aplicar lei emanada de outra soberania, porque assim se poderá fazer melhor justiça, e o reconhecimento de que em nada ofendemos nossa soberania, nosso sistema jurídico, pela aplicação de norma legal de outro sistema, essa tolerância, essa largueza de visão jurídica, dos objetivos da lei — em sentido lato — refletem a grandeza dessa disciplina, a importância de sua mensagem filosófica.

Jacob Dolinger. **Direito internacional privado: parte geral**. 7.ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2003, p. 275 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, julgue os itens seguintes, a respeito da aplicação de lei estrangeira no Brasil.

171 O juiz brasileiro pode, diante de um caso concreto, aplicar, de ofício, a lei estrangeira.

172 Cabe à parte que invocar lei estrangeira trazer aos autos prova do seu teor e de sua vigência.

173 Ao aplicar a lei estrangeira, o juiz brasileiro terá em vista o que esta dispõe, sem considerar qualquer remissão por ela feita a outra lei estrangeira.

174 Quando for inviável a produção da prova do teor e vigência de lei estrangeira, o juiz brasileiro aplicará o direito nacional, para que o litígio não fique sem solução.

175 Na aplicação de lei estrangeira, o juiz brasileiro deverá interpretá-la de acordo com a jurisprudência firmada nos tribunais pátrios e com o entendimento da doutrina brasileira.

Com fundamento na atual jurisprudência dos tribunais pátrios, julgue os itens seguintes, acerca da imunidade do Estado estrangeiro em face da jurisdição brasileira.

176 O Estado estrangeiro está sujeito à jurisdição brasileira quando pratica ato *jure gestiones*, como, por exemplo, a aquisição de bens móveis e imóveis.

177 Em causas relativas à responsabilidade civil, o Estado estrangeiro goza de imunidade de jurisdição, devendo a parte lesada discutir sua pretensão indenizatória perante os tribunais do país faltoso.

178 O Estado estrangeiro está isento do pagamento do imposto predial e territorial urbano (IPTU) incidente sobre o imóvel que abriga missão consular no Brasil.

179 O Estado estrangeiro está isento do pagamento de taxas referentes a serviços específicos prestados pelo poder público local.

180 Na execução forçada de sentença condenatória contra Estado estrangeiro, caso este não possua bens estranhos à sua representação diplomática nos limites da jurisdição brasileira, deve ser expedida carta rogatória, acompanhada de gestões diplomáticas, para se proceder à cobrança do crédito.

Julgue os itens subseqüentes, com referência às imunidades e aos privilégios dos diplomatas e cônsules no Brasil.

181 Por gozar de ampla imunidade de jurisdição civil, o agente diplomático não pode figurar como reconvindo nos autos de uma ação cível.

182 Ao cometer um crime punido mais brandamente no Brasil que no seu Estado de origem, um agente diplomático pode renunciar à imunidade de jurisdição penal para que seja processado e julgado perante os tribunais brasileiros, desde que essa renúncia seja expressamente comunicada pelo próprio agente diplomático ao Estado acreditado.

183 Embora um cônsul cometa crime comum ao fornecer informações falsas à justiça brasileira para favorecer um compatriota seu, deve ser-lhe concedido *habeas corpus* para trancamento de ação penal contra si movida pelo Ministério Público Federal, uma vez que, sendo funcionário consular, goza de imunidade de jurisdição penal no Estado receptor.

**Competência, deslocamento,
justiça federal, crime hediondo**

A seção indeferiu o pedido no incidente de deslocamento de competência para a justiça federal do processo e julgamento do crime de assassinato da religiosa irmã Dorothy Stang, ocorrido em Anapu – PA, por considerar descabível a avocatória ante a equivocada presunção vinculada, mormente pela mídia, por haver, por parte dos órgãos institucionais de segurança e do judiciário do estado do Pará, omissão ou inércia na condução das investigações do crime e sua efetiva punição pela grave violação dos direitos humanos, em prejuízo ao princípio da autonomia federativa (EC n.º 45/2004). IDC 01-PA, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julgado em 8/6/2005.

Informativo de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
Período de 6 a 10/6/2005 (com adaptações).

A partir do texto acima, julgue os itens a seguir, referentes ao incidente de deslocamento de competência (IDC) para a justiça federal nas hipóteses de grave violação dos direitos humanos.

- 184** Compete ao procurador-geral da República, à vítima, ou aos seus familiares suscitar, perante o STJ, em qualquer fase do inquérito ou processo, IDC para a justiça federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.
- 185** Um caso de grave violação dos direitos humanos previstos em tratados internacionais em que o Brasil seja parte, embora ocorrido no âmbito de um estado-membro da federação, é capaz de ensejar no cenário internacional a responsabilidade do Estado brasileiro, de modo que o deslocamento de competência para a órbita federal, em casos como esse, dá a oportunidade, no plano interno, para o órgão da Justiça da União examinar e decidir a questão, antes de arcar com o pesado ônus dessa violação.

A Lei n.º 8.213/1991, que estabelece os planos de benefícios da previdência social, definiu, no seu art. 24, o período de carência como sendo o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências. Acerca dos períodos de carência dos benefícios previdenciários, julgue os itens subsequentes.

- 186** A concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez depende do período de carência de 12 contribuições mensais.

187 A concessão de aposentadoria por idade e de aposentadoria por tempo de serviço, bem como a de aposentadoria especial, dependem do período de carência de 120 contribuições mensais.

188 A concessão de auxílio-reclusão independe de carência.

Jairo, empregado da empresa Cervejaria Bem Gelada S.A., presta serviços de natureza urbana, em caráter não eventual, sob subordinação e mediante remuneração, e está inscrito no Regime Geral da Previdência Social estabelecido pela Lei n.º 8.213/1991. A relação de emprego teve início em janeiro de 2003 e é o seu primeiro emprego. Jairo é casado com Maria, servidora pública ocupante de cargo em comissão da União, sem vínculo efetivo. O casal tem dois filhos menores, Nádia, com 2 anos de idade, e Bruno, com 1 ano de idade.

Com base nessa situação hipotética e no que dispõe a Lei n.º 8.213/1991, julgue os seguintes itens.

- 189** A previdência social considera Jairo e Maria segurados obrigatórios como empregados.
- 190** Na hipótese da morte de Jairo, os dependentes Maria, Nádia e Bruno devem receber da previdência social a pensão por morte e deve continuar a receber o salário-família a que fazia jus o *de cujus*.
- 191** A pensão por morte paga para o filho é extinta se o filho for emancipado ou quando ele completar 18 anos de idade, salvo se for inválido.
- 192** Caso Jairo sofra um ato de agressão por parte de um companheiro de trabalho, no local e horário de expediente, a ponto de causar redução temporária da sua capacidade para o trabalho, a previdência social deverá classificar esse ato como acidente de trabalho.
- 193** A cervejaria deverá comunicar qualquer acidente de trabalho sofrido pelos seus empregados à previdência social até o primeiro dia útil do mês seguinte e, em caso de morte, até 5 dias após a ocorrência do fato, à autoridade competente, sob pena de multa.

A Lei n.º 8.212/1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social e institui seu plano de custeio, no seu art. 10, define que a seguridade social deve ser financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da Constituição Federal e dessa lei, mediante recursos provenientes da União, dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de contribuições sociais. Acerca das contribuições sociais para a seguridade social, julgue os próximos itens.

194 A alíquota de contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo é de 20% sobre o respectivo salário-de-contribuição.

195 A contribuição do empregador doméstico é de 12% do salário-de-contribuição do empregado doméstico a seu serviço.

196 As diárias recebidas pelo segurado empregado durante o mês, independentemente de seu valor, integram o salário-de-contribuição.

A respeito dos benefícios do Regime Geral da Previdência Social, julgue os itens que se seguem.

197 Precede, necessariamente, à aposentadoria por invalidez, o benefício do auxílio-doença, que será concedido ao segurado considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

198 O valor do benefício da aposentadoria por invalidez de segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa deve ser acrescido de 25%, sendo esse acréscimo devido mesmo em situações em que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal.

199 A aposentadoria por idade é devida ao segurado que, cumprida a carência exigida pela Lei n.º 8.213/1991, completar 70 anos de idade, se homem, e 65, se mulher. No caso de trabalhadores rurais, essas idades são reduzidas para 60 e 55 anos, respectivamente.

200 Ao empregado doméstico não é devido o salário-família.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.^a REGIÃO
Concurso Público – Cargo: Juiz Federal Substituto da 5.^a Região

GABARITOS OFICIAIS PRELIMINARES DA PROVA OBJETIVA – Aplicação: 24/7/2005

O Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB) divulga os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas aplicadas no dia 24 de julho de 2005. Para recorrer contra esses gabaritos, o candidato disporá dos dias 27 e 28/7/2005, no horário das 9 horas do primeiro dia às 18 horas do último dia (horários de Brasília). Para tal fim, o candidato deverá utilizar os modelos de formulários disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br/concursos/trfjuiz2005>, e seguir as instruções ali contidas. Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o estabelecido nos editais pertinentes e nas instruções mencionadas.

AGENDA

8/8/2005 – Resultado final da prova objetiva e convocação para as provas subjetivas: <http://www.cespe.unb.br/concursos/trfjuiz2005> e Diário da Justiça da União.

CADERNO FREVO																								
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25
E	E	C	C	E	C	E	C	C	C	E	E	C	E	E	E	E	C	E	E	E	C	C	E	E
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50
C	C	C	C	C	E	C	C	E	C	C	E	C	E	E	C	C	E	C	E	C	E	E	C	C
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75
E	E	C	C	E	C	E	E	E	E	C	C	C	E	E	C	C	C	E	C	E	C	E	E	C
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
E	E	C	E	E	C	E	C	E	C	E	C	C	E	C	C	C	E	E	C	E	E	E	C	C
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125
C	C	E	C	E	C	E	E	E	C	E	C	C	E	C	E	C	C	E	E	E	E	C	E	E
126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150
E	C	C	E	E	C	E	C	C	C	E	E	C	C	C	C	E	E	C	C	E	E	C	C	C
151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175
E	E	C	C	E	E	C	E	C	C	C	E	E	C	E	C	E	E	E	C	C	C	C	C	E
176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200
C	E	C	E	C	E	E	E	E	C	C	E	C	C	E	E	C	E	C	C	E	E	C	E	C